

SEMINÁRIO DE PESQUISA II DO PGDR: questionamentos levantados - continuação

Dando prosseguimento à matéria disponibilizada em 18/05/2009, quando das apresentações ocorridas no dia 15/05/2009, na disciplina Seminário de Pesquisa II, do PGDR, programa vinculado ao DCH - Campus I da UNEB faz-se ainda necessário esclarecer outras indagações surgidas após a apresentação dos trabalhos, entre as quais, registram-se:

O texto de uma produção científica deve ser escrito sempre na 3ª pessoa do singular? De acordo com a literatura da área, a maioria dos autores recomenda o uso do verbo na forma impessoal (terceira pessoa), exceto em raríssimos trabalhos acadêmicos. Todavia, se o orientador autorizou o orientando a redigi-lo na primeira pessoa, por exemplo, deverão estar preparados para, na ocasião do Exame de Qualificação e na Defesa da Dissertação, argumentarem acerca da opção adotada, pois os dois examinadores (interno e externo ao Programa) poderão não concordar com a escolha. Portanto, não se trata de uma “camisa de força”, e sim, de um escrito mais elegante, impessoal, dentro do rigor que deve perpassar por toda produção técnico-científica.

Há diferença no tempo do verbo quando da elaboração de um Projeto de Pesquisa e de um Relatório Final de Investigação (dissertação de mestrado)? É claro que sim. O Projeto é um intento, um plano - poderá ser executado ou não. Assim, o uso correto do tempo verbal é no “futuro”. Já o Relatório de Pesquisa ou dissertação (inconcluso ou totalmente produzido) o verbo deve ficar no passado. Afinal, a pesquisa já fora realizada ou está em andamento. O que foi desenvolvido é passado.

Os títulos sem numeração que antecedem exposições de idéias ou caracterização de parte do Relatório, como devem ficar? Conforme disciplina a NBR 14724:2005 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os títulos sem numeração precedente devem ficar centralizados, a exemplo de: apresentação, resumo, listas (de tabelas, quadros, siglas, abreviaturas, símbolos), sumário, dentre outros.

Registre-se que, além dos questionamentos arrolados neste e no texto antecedente, o autor destas notas, que é também integrante do quadro permanente de professores do programa em tela observou duas situações que merecem reflexão. A primeira fora a reação de alunos (evidentemente nem toda a turma) em relação ao “Parecer” do professor, responsável por aquela seção. As críticas do docente visando ao aperfeiçoamento dos trabalhos não foram bem assimiladas; ou seja, parecia que o estudo realizado até àquele momento não necessitassem de ajustes/adequações. Ora, a atividade prevista (apresentação da pesquisa inconclusa) objetiva, exatamente, a correção de rumos. Evidentemente, cabe ao orientador e não ao orientando aceitar ou não as contribuições do docente responsável pela disciplina, objeto desta matéria.

A outra observação refere-se à exaltação da experiência técnica dos orientandos. Todo cuidado é pouco quando existe uma relação bastante aproximativa entre o sujeito e o objeto de pesquisa. Vivência não é ciência. Ninguém está colocando em jogo a competência técnica - o domínio pleno de tarefas, rotinas, procedimentos do cotidiano dos mestrandos. Mas somente é ciência aquilo que é submetido à comprovação. Portanto, o pleno domínio de algum conhecimento prático pode não ter sido reconhecido pela comunidade científica. Paraphrasing o ilustre cientista Pedro Demo (2001), “a ciência nasce da dúvida e consolida-se na certeza”. Essa certeza passa, necessariamente, pelo rigor científico, pela comprovação. Assim, todo saber técnico para que seja considerado ciência deve ter suporte epistemológico. As percepções/visões colhidas por meio de instrumentos de coleta de dados, por exemplo, na pesquisa de campo, são valiosas, porém, devem ter um corpo teórico que lhes dê suporte, devendo submetê-las ao crivo da cientificidade.

Conclui-se de tudo isso que, tanto o pesquisador-mestrando quanto o professor-orientador da investigação sob sua responsabilidade, devem ter espírito de humildade e ética na pesquisa, visto que - os olhares podem divergir, mas o fenômeno, fato ou ocorrência para que sejam considerados “ciência” devem atender aos requisitos traçados pela comunidade científica.